



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JORDAN KEN’N INDEMET SANGUIE

A experiência brasileira do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e suas possibilidades de adaptação no Gabão: Cooperação Sul-Sul e circulação internacional de políticas públicas

JOÃO PESSOA

2026

JORDAN KEN'N INDEMET SANGUIE

A experiência brasileira do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e suas possibilidades de adaptação no Gabão: Cooperação Sul-Sul e circulação internacional de políticas públicas

Monografia apresentada ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Prof.^a Ma. Laís Caroline Kuss

JOÃO PESSOA

2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

83e Sanguie, Jordan Ken'n Indemet.
A experiência brasileira do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e suas possibilidades de adaptação no Gabão: Cooperação Sul-Sul e circulação internacional de políticas públicas / Jordan Ken'n Indemet Sanguie. - João Pessoa, 2026.
36 f.

Orientação: Laís Caroline Kuss.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Programa Nacional de Alimentação Escolar. 2. Cooperação Sul-Sul. 3. Segurança alimentar e nutricional. 4. Políticas públicas. 5. Gabão. I. Kuss, Laís Caroline. II. Título.

UFPB/CCSA CDU 327(043)

JORDAN KEN'N INDEMET SANGUIE

"A experiência brasileira do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e suas possibilidades de adaptação no Gabão: Cooperação Sul-Sul e circulação internacional de políticas públicas"

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel(a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 06 de agosto de 2026

Laís Caroline Kuss - (Orientador)

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Mojana Vargas Correia da Silva - (Membro 2)

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Júlia Silva Rensi - (Membro 3)

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Francis Norbert Sanguié e Thérèse Epegnet épse Sanguié que mesmo vindos de uma realidade marcada por muitas dificuldades, nunca permitiram que as circunstâncias limitassem meus sonhos. Pelo contrário, sempre acreditaram em mim, me incentivaram e fizeram de tudo para que eu pudesse construir meu próprio caminho. Este trabalho é, acima de tudo, resultado dos sacrifícios, da dedicação e do amor de vocês. Tudo o que conquistei até aqui é graças a vocês.

Aos meus irmãos, Thierry, Danny, Cedric, Ruth, Noa e Minty, agradeço por estarem sempre ao meu lado, pela confiança, pelas orações, pelo incentivo e por serem uma fonte constante de força. Caminhar sabendo que tenho uma família que acredita em mim tornou essa jornada muito mais leve.

Aos meus familiares e amigos de infância Arnold, Jordi, Daudys, Franck, Joe, Hagai, Kevine, Marvine, Pape, Sarah e tantos outros. Deixo minha sincera gratidão por nunca deixarem de acreditar em mim. Obrigado pelas palavras de incentivo, pelo carinho e por permanecerem presentes mesmo com a distância entre nós.

À Sarah Quezia, um dos maiores presentes que encontrei ao longo dessa caminhada, agradeço pelo amor, pelo carinho, pela paciência e por ter compartilhado comigo tantos momentos importantes. Seu apoio foi essencial em muitas fases desta trajetória.

Às amigadas que eu fiz no Brasil, Serena, Ruth, Franck, Wassifat, Cris, Alphonse, Elda, Martine, Alexia, Marc, Gênese, Guenold, Ritchy, Sunny, Thister, Jiska, Stevie, Emidio, Kalisto, Ozires, Chabrina, Clemence, Dimitri, Mariely, Ana Sofia, Vitória, Mirna, Geoffrey, Olita, Razak, John, Laina, Ruth, Maya, Eudora, Yannick, Hailla, Prince e todos aqueles que, mesmo não estando aqui mencionados, fizeram parte dessa jornada. Expresso minha profunda gratidão. Vocês transformaram essa experiência em algo muito mais rico, acolhedor e inesquecível. Levo cada momento comigo.

Agradeço a todos os professores que contribuíram para minha formação, desde os primeiros anos de estudo até a universidade. Cada ensinamento recebido ajudou a construir a pessoa que sou hoje. Em especial, agradeço à minha orientadora, a Prof.^a Ma. Laís Kuss, pela orientação, pela confiança, disponibilidade e paciência durante a realização deste trabalho. Minha

gratidão também à Prof.^a Dr.^a Mojana Vargas Correia da Silva, ao Prof. Me. Daniel de Campos Antiquera, e à Prof.^a Dr.^a Xaman Korai Pinheiro Minillo que demonstraram atenção, respeito e carinho com os estudantes do PEC-G no curso de Relações Internacionais da UFPB e principalmente pelo que fizeram por mim.

Estendo meu agradecimento a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para que eu chegasse até aqui. Muitas não aparecem nestas páginas, mas guardam um lugar especial na minha memória e na minha história. Se hoje concluo esta etapa, é porque nunca caminhei sozinho.

Por fim, agradeço a Deus, aquele que não posso ver, mas cuja presença senti em todos os momentos da minha vida, sobretudo nos mais difíceis. Ele que sustenta minha fé quando penso em desistir, renovou minhas forças quando elas pareciam acabar e abriu caminhos quando tudo parecia impossível. A Ele entrego esta conquista e toda a honra, porque sem sua graça nada disso teria sido possível.

RESUMO

Nesta pesquisa, analisa-se de que forma a experiência brasileira do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) pode contribuir para a formulação de uma política pública de alimentação escolar no Gabão, considerando as possibilidades de cooperação entre os dois países no âmbito da Cooperação Sul-Sul (CSS). Para responder ao problema de pesquisa, adotou-se uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, utilizando revisão bibliográfica, análise documental e estudo de caso. O referencial teórico baseia-se nos estudos sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), Cooperação Sul-Sul (CSS), circulação internacional de políticas públicas e no Modelo dos Múltiplos Fluxos de Kingdon. Inicialmente, analisa-se a trajetória histórica, a institucionalização, os impactos e a internacionalização do PNAE. Em seguida, examinam-se o contexto da SAN e as iniciativas relacionadas à alimentação escolar no Gabão, buscando identificar as potencialidades da experiência brasileira para o fortalecimento dessa agenda. Os resultados indicam que o PNAE constitui uma importante referência para processos de cooperação técnica, oferecendo conhecimentos, mecanismos institucionais e práticas de gestão que podem contribuir para o fortalecimento das capacidades institucionais do Estado gabonês e para a formulação de uma política pública de alimentação escolar compatível com suas especificidades políticas, econômicas, sociais e institucionais.

Palavras-chave: Programa Nacional de Alimentação Escolar; Cooperação Sul-Sul; Segurança Alimentar e Nutricional; Políticas Públicas; Gabão.

ABSTRACT

This research analyzes how the Brazilian experience of the National School Feeding Program (PNAE) can contribute to the formulation of a public school feeding policy in Gabon, considering the possibilities for cooperation between the two countries within the framework of South-South Cooperation (SSC). To address the research problem, a qualitative, exploratory, and descriptive approach was adopted, using a bibliographic review, documentary analysis, and case study. The theoretical framework is based on studies on Food and Nutrition Security (FNS), South-South Cooperation (SSC), international policy circulation, and Kingdon's Multiple Streams Framework. Initially, the research analyzes the historical trajectory, institutionalization, impacts, and internationalization of the PNAE. It then examines the context of FNS and initiatives related to school feeding in Gabon, seeking to identify the potential of the Brazilian experience to strengthen this agenda. The results indicate that the PNAE constitutes an important reference for technical cooperation processes, providing knowledge, institutional mechanisms, and management practices that can contribute to strengthening the institutional capacities of the Gabonese state and to formulating a public school feeding policy compatible with its political, economic, social, and institutional specificities.

Keywords: National School Feeding Program; South-South Cooperation; Food and Nutrition Security; Public Policies; Gabon.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1 ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

1.1 Metodologia

1.2 Segurança Alimentar e Nutricional: Conceitos e abordagens

1.3 Cooperação Sul-Sul, cooperação técnica e circulação internacional de políticas públicas

1.4 Políticas públicas e o Modelo dos Múltiplos Fluxos de Kingdon

2 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

2.1 Trajetória histórica e institucionalização do PNAE

2.2 Impactos sociais, nutricionais e econômicos do PNAE

2.3 A internacionalização do PNAE e a Cooperação Sul-Sul (CSS)

3 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E SEGURANÇA ALIMENTAR NO GABÃO

3.1 Segurança alimentar, nutrição e alimentação escolar no Gabão

3.2 Potencialidades da experiência brasileira para a cooperação entre Brasil e Gabão na formulação de uma política pública de alimentação escolar

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a alimentação escolar passou a ocupar posição de destaque nas agendas nacionais e internacionais voltadas à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), da educação e do desenvolvimento social. Além de contribuir para o acesso à alimentação durante o período escolar, programas dessa natureza podem favorecer a permanência dos estudantes na escola, a promoção de hábitos alimentares saudáveis e o fortalecimento dos sistemas alimentares locais. Nesse processo, a alimentação escolar consolidou-se como uma importante política pública e passou a integrar iniciativas de cooperação internacional apoiadas por organismos como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA) (PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS, 2022; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA, 2024). Nesse campo, o Brasil possui uma experiência consolidada por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Criado em 1955, a partir da Campanha de Merenda Escolar (CME), o programa passou por sucessivas transformações até constituir-se como uma política pública estruturada, articulando alimentação escolar, educação alimentar e nutricional, agricultura familiar e desenvolvimento local (BRASIL, 2009; FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2023). Ao longo de sua trajetória, o PNAE também passou a integrar iniciativas brasileiras de Cooperação Sul-Sul (CSS) voltadas ao intercâmbio de conhecimentos e experiências na área de alimentação escolar, contribuindo para sua projeção internacional (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2025; PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS, 2024). A CSS constitui, nesse sentido, um importante espaço para o compartilhamento de conhecimentos, experiências e capacidades institucionais entre países em desenvolvimento. A literatura sobre transferência e circulação internacional de políticas públicas contribui para compreender como experiências desenvolvidas em determinado contexto podem ser utilizadas em outros países, considerando processos de adaptação e reinterpretação de acordo com suas especificidades políticas, econômicas, sociais e institucionais (Dolowitz; Marsh, 2000; Oliveira; Faria, 2017).

É nesse contexto que se insere o caso do Gabão, o país ainda enfrenta desafios relacionados à SAN, à produção agrícola e à dependência de alimentos importados (GABÃO, 2017; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA, 2021). Esses desafios também estão presentes no ambiente escolar. A pesquisa nacional sobre alimentação, saúde, nutrição e estilos de vida dos adolescentes em meio escolar, realizada nas nove províncias do país, identificou diferentes problemas relacionados à situação nutricional e aos hábitos alimentares dos estudantes (UNICEF GABON, 2023). Além desses desafios, o Gabão ainda não dispõe de uma política pública nacional de alimentação escolar institucionalizada em escala nacional. Ao mesmo tempo, observa-se um interesse

crescente em relação à segurança alimentar e à alimentação escolar no país. A elaboração de diagnósticos nacionais com *Politique nationale de sécurité alimentaire et nutritionnelle*, em português, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN 2017–2025) e a busca por experiências desenvolvidas em outros países indicam que essa agenda vem ganhando espaço no debate público gabonês (GABÃO, 2017; UNICEF GABON, 2023). Esse movimento torna relevante analisar as possibilidades de cooperação com países que possuem experiências consolidadas na área, especialmente o Brasil, cuja experiência com o PNAE já integra iniciativas de CSS. Dessa forma, esta pesquisa parte da aproximação entre duas realidades distintas: de um lado, a experiência brasileira de uma política pública consolidada e internacionalmente compartilhada; de outro, o contexto gabonês, marcado por desafios relacionados à alimentação e à nutrição dos estudantes, pela ausência de uma política nacional institucionalizada e pelo crescente interesse em fortalecer essa agenda. A partir dessa relação, busca-se compreender de que maneira a experiência brasileira pode contribuir para processos de aprendizagem e fortalecimento institucional no Gabão, sem pressupor a reprodução do PNAE, mas considerando a possibilidade de adaptação de conhecimentos e experiências ao contexto nacional.

Diante desse cenário, a pesquisa busca responder à seguinte questão: De que forma a experiência brasileira do PNAE pode contribuir para a formulação de uma política pública de alimentação escolar no Gabão? O objetivo geral consiste em analisar como a experiência brasileira do PNAE pode contribuir, por meio da cooperação entre Brasil e Gabão, para a formulação de uma política pública de alimentação escolar no contexto gabonês. Como objetivos específicos, busca-se: (1) descrever a trajetória histórica, a institucionalização e o funcionamento do PNAE; (2) identificar seus principais resultados sociais, nutricionais e institucionais; (3) analisar sua inserção nas iniciativas brasileiras de cooperação internacional; e (4) identificar as necessidades relacionadas à alimentação escolar no Gabão, discutindo de que maneira a experiência brasileira pode contribuir para a formulação de uma política pública nacional nesse país.

A pesquisa fundamenta-se em três eixos teóricos complementares. O primeiro refere-se ao debate sobre SAN, fundamental para compreender a alimentação escolar como uma política pública voltada à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). O segundo reúne as contribuições da literatura sobre Cooperação Sul-Sul e circulação internacional de políticas públicas, especialmente os estudos de Dolowitz e Marsh (2000) e de oliveira e faria (2017). O terceiro corresponde ao Modelo dos Múltiplos Fluxos, desenvolvido por Kingdon (1995), utilizado para compreender como determinados problemas ingressam na agenda governamental e em que condições surgem oportunidades para a formulação de políticas públicas. Para responder ao problema de pesquisa, adotou-se uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, baseada em revisão bibliográfica, análise documental e estudo de caso. Os procedimentos metodológicos são apresentados detalhadamente no capítulo correspondente. Além desta introdução, o trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro

apresenta os aspectos teórico-conceituais e metodológicos da pesquisa, discutindo SAN, Cooperação Sul-Sul, circulação internacional de políticas públicas e o Modelo dos Múltiplos Fluxos de Kingdon. O segundo analisa a trajetória histórica, a institucionalização, os impactos e a internacionalização do PNAE. O terceiro examina o contexto da segurança alimentar, da nutrição e da alimentação escolar no Gabão e discute as potencialidades da experiência brasileira para a cooperação entre Brasil e Gabão. Por fim, apresentam-se as considerações finais, nas quais são retomados os principais resultados da pesquisa, suas limitações e as possibilidades para estudos futuros.

1. ASPECTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

1.1 Metodologia

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, por buscar compreender de que forma a experiência brasileira do PNAE pode contribuir para a formulação de uma política pública de alimentação escolar no Gabão, considerando as possibilidades de cooperação entre os dois países no âmbito da CSS. Conforme Gil (2008), as pesquisas exploratórias proporcionam maior familiaridade com o problema investigado, enquanto as pesquisas descritivas permitem caracterizar determinado fenômeno e analisar as relações existentes entre seus diferentes elementos. Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, análise documental e estudo de caso. A revisão bibliográfica concentrou-se na literatura sobre SAN, PNAE, CSS, transferência e circulação internacional de políticas públicas e formulação de políticas públicas, contribuindo para a construção do referencial teórico que orienta a análise. Entre os principais autores utilizados destacam-se Kingdon (1995), Dolowitz e Marsh (2000), Oliveira e Faria (2017), Leão (2013) e Maluf (2007). A pesquisa também se baseou na análise de documentos oficiais produzidos por instituições brasileiras, gabonesas e organismos internacionais. No caso brasileiro, foram analisadas a Lei nº 11.947/2009, a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), instituída pela Lei nº 11.346/2006, além de documentos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Em relação ao Gabão, foram analisadas principalmente a *Politique Nationale de Sécurité Alimentaire et Nutritionnelle (PNSAN 2017–2025)* e documentos relacionados à segurança alimentar e à alimentação escolar. Também foram utilizados relatórios e estudos produzidos pela FAO, pelo PMA e pelo Centro de Excelência contra a Fome, por constituírem fontes relevantes para a análise da alimentação escolar e da cooperação internacional. Como estratégia metodológica, adotou-se o estudo de caso, tendo como objeto de análise a experiência brasileira do PNAE e suas possibilidades de contribuição para a formulação de uma política pública de alimentação escolar no Gabão. Segundo Yin (2001):

Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (YIN, 2001, p. 32).

Essa estratégia mostra-se adequada aos objetivos da pesquisa por possibilitar uma análise da trajetória do PNAE, de seu processo de institucionalização, de sua inserção nas iniciativas

brasileiras de CSS e das possibilidades de cooperação entre Brasil e Gabão na área da alimentação escolar. A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016). Segundo a autora:

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações" (BARDIN, 2016, p. 37).

A utilização dessa técnica possibilitou organizar, categorizar e interpretar as informações obtidas na literatura e nos documentos analisados, permitindo identificar elementos relacionados à institucionalização do PNAE, às iniciativas de CSS e às possibilidades de cooperação entre Brasil e Gabão para o fortalecimento de políticas públicas de alimentação escolar. Por fim, a pesquisa parte do entendimento de que políticas públicas podem circular entre diferentes contextos por meio de processos de aprendizagem, adaptação e reinterpretação. Assim, busca-se compreender em que medida a experiência brasileira do PNAE pode oferecer referências para a formulação de uma política pública de alimentação escolar no Gabão, considerando as especificidades institucionais, políticas, econômicas e sociais do país.

1.2 Segurança alimentar e nutricional: conceitos e abordagens

O conceito de segurança alimentar passou por importantes transformações ao longo do tempo. Em suas formulações iniciais, predominantes no período posterior à Segunda Guerra Mundial, o debate estava fortemente associado à capacidade de produção agrícola e ao abastecimento alimentar dos países. Nessa perspectiva, a segurança alimentar era compreendida principalmente como a disponibilidade física de alimentos em quantidade suficiente para atender às necessidades da população (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA, 2006). A partir das décadas de 1970 e 1980, essa compreensão passou a ser questionada por estudos que demonstravam que a disponibilidade nacional de alimentos não garantia, necessariamente, o acesso da população à alimentação. Nesse contexto, destaca-se a contribuição de Sen (1981), ao demonstrar que situações de fome podem ocorrer mesmo em contextos de oferta suficiente de alimentos. Para o autor, a insegurança alimentar está relacionada, sobretudo, às limitações de acesso provocadas pela pobreza, pelas desigualdades sociais e pela exclusão econômica (Sen, 1981). Posteriormente, essa perspectiva foi incorporada e ampliada pela FAO, que passou a compreender a segurança alimentar como um conceito que envolve, além da disponibilidade de alimentos, o acesso, a utilização adequada do

ponto de vista nutricional e a estabilidade dessas condições ao longo do tempo (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA, 2006). Segundo a FAO:

Existe segurança alimentar quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que satisfaçam suas necessidades alimentares e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2006).

A partir dessa definição, a segurança alimentar passou a ser compreendida com base em quatro dimensões interdependentes: disponibilidade de alimentos, acesso, utilização biológica e nutricional dos alimentos e estabilidade dessas condições ao longo do tempo (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA, 2006). No Brasil, esse debate adquiriu novos contornos a partir das discussões promovidas pelo CONSEA, que passou a defender a alimentação como um direito de cidadania e uma responsabilidade do Estado (CONSEA, 2004). Essa concepção foi incorporada à LOSAN, instituída pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que criou o SISAN e estabeleceu as bases da PNSAN (BRASIL, 2006). A definição adotada pela legislação brasileira encontra-se expressa no artigo 3º da LOSAN:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006, art. 3º).

Essa concepção diferencia-se de abordagens mais restritas por compreender a alimentação como um direito humano e atribuir ao Estado a responsabilidade pela formulação de políticas públicas capazes de garanti-lo (BRASIL, 2006). Nessa perspectiva, a SAN deixa de se limitar ao combate à fome e passa a integrar uma estratégia mais ampla de promoção da cidadania, redução das desigualdades e desenvolvimento social, articulando políticas de saúde, educação, assistência social, agricultura e abastecimento (Leão, 2013). Conforme observa Maluf (2007), a construção desse conceito no Brasil resultou da atuação conjunta do Estado e da sociedade civil, consolidando uma abordagem que associa o DHAA à participação social e à formulação de

políticas públicas intersetoriais. No Gabão, a concepção de SAN aproxima-se da definição adotada pela FAO, mas está fortemente associada ao fortalecimento da produção agrícola nacional e à redução da dependência alimentar externa. A PNSAN (2017–2025) define a SAN como a situação em que toda a população dispõe, de forma permanente, de acesso físico e econômico a alimentos suficientes, seguros, nutritivos e culturalmente aceitáveis, capazes de satisfazer suas necessidades alimentares e garantir uma vida saudável e ativa (GABÃO, 2017). Além disso, o documento estabelece como prioridades estratégicas o aumento da produção agrícola nacional, a melhoria do abastecimento interno e a redução da vulnerabilidade decorrente da elevada dependência das importações de alimentos (GABÃO, 2017). Embora apresentem fundamentos conceituais semelhantes, especialmente por se aproximarem da definição proposta pela FAO, Brasil e Gabão adotam estratégias distintas para promover a SAN, refletindo suas diferentes realidades institucionais, econômicas e sociais (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA, 2006). Essas diferenças evidenciam que a SAN constitui um conceito dinâmico, cuja implementação depende das prioridades políticas, institucionais e socioeconômicas de cada país (Maluf, 2007). Compreender essas especificidades é fundamental para analisar as possibilidades de cooperação entre Brasil e Gabão no campo da alimentação escolar. A CSS, nesse sentido, favorece o compartilhamento de conhecimentos, experiências e boas práticas, contribuindo para o fortalecimento das capacidades institucionais e para a formulação de políticas públicas compatíveis com as necessidades e prioridades dos países parceiros (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2025; Dolowitz; Marsh, 2000; Oliveira; Faria, 2017).

1.3 Cooperação Sul-Sul, cooperação técnica e circulação internacional de políticas públicas

A CSS constitui uma modalidade de cooperação internacional entre países em desenvolvimento baseada no intercâmbio de conhecimentos, experiências e capacidades institucionais. No caso brasileiro, caracteriza-se pelo compartilhamento de conhecimentos, metodologias e boas práticas, tendo a cooperação técnica como um de seus principais instrumentos para fortalecer as capacidades institucionais dos países parceiros, respeitando suas demandas, prioridades e especificidades nacionais (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2025). A partir dos anos 2000, a CSS passou a ocupar posição de destaque na política externa brasileira, especialmente nas relações com países da África, da América Latina e do Caribe. Nesse período, políticas públicas desenvolvidas nas áreas de segurança alimentar,

agricultura familiar, proteção social e alimentação escolar passaram a ser compartilhadas internacionalmente por meio da atuação da ABC, em parceria com a FAO, o PMA e o Centro de Excelência contra a Fome. Conforme destacam Abdenur e Fonseca (2013), esse processo fortaleceu a inserção internacional do Brasil e consolidou a cooperação técnica como um importante instrumento de sua política externa, especialmente nas relações com países africanos.

Nesse contexto, intensificou-se também a circulação internacional de políticas públicas. À medida que governos, organismos internacionais e instituições ampliaram o intercâmbio de conhecimentos e experiências, políticas públicas desenvolvidas em determinados países passaram a influenciar processos de formulação em diferentes contextos nacionais. Assim, a elaboração de políticas públicas passou a incorporar mecanismos de aprendizagem, intercâmbio e adaptação de experiências internacionais (Oliveira; Faria, 2017). Dolowitz e Marsh (2000) definem a transferência de políticas públicas como o processo pelo qual conhecimentos sobre políticas, instituições ou programas desenvolvidos em determinado contexto são utilizados na formulação de políticas em outro. Os autores ressaltam, entretanto, que esse processo não consiste na simples reprodução de experiências, mas depende das condições políticas, econômicas, sociais e institucionais do país que busca incorporá-las. Nessa perspectiva, Oliveira e Faria (2017) ampliam esse debate ao proporem o conceito de circulação internacional de políticas públicas, enfatizando que a difusão de políticas envolve processos de interpretação, adaptação e recontextualização realizados por diferentes atores em distintos contextos institucionais.

Essa perspectiva mostra-se especialmente adequada para compreender a internacionalização do PNAE. Nas últimas décadas, a experiência brasileira passou a ser compartilhada por meio de iniciativas de CSS coordenadas pela ABC, em parceria com a FAO, o PMA e o Centro de Excelência contra a Fome. Nesse contexto, o PNAE consolidou-se como uma importante referência internacional, contribuindo para o fortalecimento de políticas públicas de alimentação escolar em diversos países (PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS, 2024). No caso do Gabão, a CSS amplia as possibilidades de intercâmbio de conhecimentos, experiências e práticas de gestão relacionadas à alimentação escolar. Considerando as especificidades institucionais, políticas, econômicas e sociais do país, a experiência brasileira pode contribuir para o fortalecimento das capacidades institucionais e subsidiar a formulação de uma política pública nacional de alimentação escolar, respeitando as prioridades e o contexto gabonês (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2025; Dolowitz; Marsh, 2000; Oliveira; Faria, 2017).

1.4 Políticas públicas e o Modelo dos Múltiplos Fluxos de Kingdon

Compreender por que determinados temas passam a integrar a agenda governamental enquanto outros permanecem por longos períodos sem receber atenção do poder público constitui uma das principais preocupações dos estudos sobre políticas públicas. Entre as abordagens

desenvolvidas para explicar esse fenômeno, destaca-se o Modelo dos Múltiplos Fluxos (*Multiple Streams Framework*), elaborado por John W. Kingdon (1995). Ao analisar o processo de formulação de políticas públicas, o autor buscou explicar como determinadas demandas conseguem mobilizar os formuladores de políticas e resultar na adoção de novas ações governamentais, enquanto outras permanecem fora da agenda decisória. Segundo Kingdon (1995), a formulação de políticas públicas não ocorre de forma linear nem exclusivamente racional. Problemas, alternativas de políticas e condições políticas desenvolvem-se de maneira relativamente independente e, em determinadas circunstâncias, convergem, criando oportunidades para que um tema seja incorporado à agenda governamental e, posteriormente, transformado em ação pública.

Kingdon (1995) organiza sua análise em torno de três fluxos relativamente independentes: o fluxo dos problemas (*problem stream*), o fluxo das políticas (*policy stream*) e o fluxo político (*politics stream*). O fluxo dos problemas corresponde ao processo pelo qual determinadas condições passam a ser reconhecidas como problemas públicos que demandam intervenção do Estado. Esse reconhecimento pode ser influenciado por indicadores, estudos técnicos, avaliações de políticas públicas, crises ou acontecimentos que ampliem a visibilidade de determinada questão. O fluxo das políticas reúne as alternativas formuladas por especialistas, pesquisadores, burocratas e comunidades de políticas públicas. Essas propostas permanecem em constante debate e aperfeiçoamento, sendo avaliadas quanto à sua viabilidade técnica, administrativa e política. Assim, quando um problema ingressa na agenda governamental, muitas soluções já se encontram disponíveis para subsidiar a tomada de decisão. O fluxo político, por sua vez, refere-se ao ambiente político em que ocorre a formulação das políticas públicas. Mudanças de governo, redefinição de prioridades, atuação de grupos de interesse, negociações políticas e alterações no clima político influenciam diretamente as possibilidades de adoção de novas políticas. Embora esses fluxos se desenvolvam de forma relativamente independente, sua convergência cria condições favoráveis para que determinado tema seja incorporado à agenda governamental (kingdon, 1995). Há momentos, entretanto, em que esses três fluxos convergem. Essa convergência possibilita a abertura das chamadas janelas de oportunidade (*policy windows*), períodos em que aumentam as possibilidades de determinado tema alcançar a agenda governamental. Essas oportunidades podem surgir em decorrência de mudanças políticas, divulgação de novos indicadores, crises ou outros acontecimentos capazes de alterar as prioridades dos formuladores de políticas (kingdon, 1995). Nesse processo, destacam-se os empreendedores de políticas (*policy entrepreneurs*), atores que mobilizam conhecimento, recursos e articulações políticas para promover determinadas propostas e aproveitar as oportunidades abertas pela convergência dos três fluxos (kingdon, 1995).

No âmbito desta pesquisa, o Modelo dos Múltiplos Fluxos oferece um referencial analítico para compreender as possibilidades de formulação de uma política pública de alimentação escolar no Gabão. Os diagnósticos nacionais e internacionais apontam desafios

relacionados à SAN, à dependência das importações de alimentos e à ausência de um programa nacional de alimentação escolar institucionalizado (GABÃO, 2017; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA, 2021). Ao mesmo tempo, a experiência brasileira do PNAE, difundida por meio de iniciativas de CSS, constitui uma referência que pode subsidiar esse processo (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2023; PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS, 2024). Soma-se a isso o fortalecimento da agenda de segurança alimentar no Gabão, evidenciado pela PNSAN (2017–2025) e por iniciativas de cooperação internacional voltadas à área. Assim, a convergência entre problemas identificados, alternativas disponíveis e condições políticas favoráveis permite utilizar o Modelo dos Múltiplos Fluxos para analisar as possibilidades de construção de uma política pública de alimentação escolar no país.

2. O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) E SUA PROJEÇÃO INTERNACIONAL

O PNAE constitui uma das mais antigas e consolidadas políticas públicas brasileiras nas áreas da educação, da SAN e do desenvolvimento social. Ao longo de sua trajetória, o programa passou por sucessivas transformações institucionais que ampliaram seus objetivos, seu público beneficiário e seus mecanismos de gestão, deixando de ser uma iniciativa de caráter predominantemente assistencial para consolidar-se como uma política pública estruturante, fundamentada no DHAA, na participação social e na articulação com a agricultura familiar (BRASIL, 2009; leão, 2013; FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2023). Além de assegurar a alimentação dos estudantes da educação básica pública, o PNAE consolidou-se pela articulação entre educação, saúde, SAN e desenvolvimento local. Seu processo de institucionalização, associado ao aperfeiçoamento do marco normativo e à experiência acumulada ao longo das últimas décadas, contribuiu para que o programa adquirisse reconhecimento internacional e passasse a integrar iniciativas brasileiras de cooperação técnica e CSS voltadas ao fortalecimento de políticas públicas de alimentação escolar em diferentes países (PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS, 2024; AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2025). Considerando que esta pesquisa analisa as possibilidades de cooperação entre Brasil e Gabão para a formulação de uma política pública de alimentação escolar, torna-se necessário compreender a trajetória do PNAE, seu processo de institucionalização, seus principais impactos e sua projeção internacional. Esses elementos permitem identificar de que forma a experiência brasileira pode contribuir para processos de aprendizagem institucional e para a formulação de uma política pública compatível com as especificidades do contexto gabonês. Para isso, este capítulo apresenta, inicialmente, a trajetória histórica e a institucionalização do PNAE; em seguida, analisa seus principais impactos sociais, nutricionais e econômicos; e, por fim, discute sua internacionalização por meio da cooperação técnica e da CSS.

2.1 Trajetória histórica e institucionalização do PNAE

A trajetória do PNAE está diretamente relacionada ao processo de construção das políticas públicas de alimentação e nutrição no Brasil. Embora sua configuração atual resulte de sucessivas transformações institucionais, suas origens remontam às primeiras iniciativas estatais voltadas ao enfrentamento da desnutrição infantil e à promoção da permanência dos estudantes na escola. Ao longo desse processo, a alimentação escolar deixou de ser uma ação de caráter predominantemente assistencial para consolidar-se como uma política pública articulada à promoção da educação, da SAN e do desenvolvimento social (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2020). A preocupação com a alimentação da população brasileira ganhou maior destaque nas décadas de 1930 e 1940, período marcado pela intensificação dos debates sobre fome, pobreza e desenvolvimento. Nesse contexto, destacam-se

as contribuições de Josué de Castro. Em sua obra *Geografia da Fome*, publicada em 1946, o autor rompeu com a interpretação de que a fome decorria exclusivamente da escassez de alimentos. Para Castro (1946), a fome constituía um problema estrutural relacionado às desigualdades econômicas e sociais, contribuindo para ampliar o debate sobre o papel do Estado na garantia do direito à alimentação. Foi nesse contexto que o governo federal instituiu, em 1955, a CME, considerada o marco inicial da política pública que daria origem ao atual PNAE. Em seus primeiros anos, a Campanha possuía caráter predominantemente assistencial e buscava combater a desnutrição infantil por meio da oferta de refeições aos estudantes da rede pública. Sua implementação dependia, em parte, de programas internacionais de ajuda alimentar, refletindo tanto as limitações financeiras do Estado brasileiro quanto o contexto internacional do pós-guerra (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2020).

Nas décadas de 1960 e 1970, a política de alimentação escolar passou por sucessivas mudanças administrativas que ampliaram sua cobertura e fortaleceram sua estrutura de gestão. Apesar desses avanços, permaneceu orientada principalmente pelo enfrentamento da desnutrição infantil, sem uma articulação mais ampla com políticas de SAN e de desenvolvimento social (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2020). Um importante marco nesse processo foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, que reconheceu a educação como direito social e dever do Estado, reforçando a compreensão de que sua efetivação depende da garantia de condições adequadas para a permanência dos estudantes na escola (BRASIL, 1988). A partir desse novo marco constitucional, a alimentação escolar passou a ser gradualmente compreendida como um direito dos estudantes e como parte das políticas públicas voltadas à promoção da educação e da cidadania. Na década de 1990, o PNAE passou por um importante processo de descentralização, com a ampliação da participação de estados e municípios em sua execução. Paralelamente, foram fortalecidos os mecanismos de controle social, especialmente por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), responsáveis pelo acompanhamento da aplicação dos recursos e pela fiscalização do programa (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2023). A consolidação institucional do PNAE ganhou novo impulso a partir de 2003, quando a SAN passou a ocupar posição central na agenda do governo federal. Nesse contexto, a estratégia Fome Zero articulou diferentes políticas públicas voltadas à ampliação do acesso à alimentação, ao fortalecimento da agricultura familiar e à inclusão social, contribuindo para consolidar a alimentação como um direito e ampliando o papel da alimentação escolar na promoção do DHAA (Silva; Belik; Takagi, 2006; Leão, 2013). Esse processo foi aprofundado com a promulgação da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que instituiu o SISA e consolidou juridicamente o DHAA no ordenamento brasileiro (BRASIL, 2006). Para o PNAE, esse marco representou sua inserção em uma política nacional mais ampla de SAN, reforçando seu caráter como política pública de promoção de direitos (Leão, 2013).

A principal transformação do programa ocorreu com a promulgação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, considerada o principal marco legal do atual PNAE. A legislação

universalizou o atendimento aos estudantes da educação básica pública, incorporou a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como diretriz da política, fortaleceu os mecanismos de controle social e estabeleceu a aquisição de alimentos da agricultura familiar como um de seus princípios. Conforme dispõe a própria lei:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres. (BRASIL, 2009, art. 14).

Dessa forma, o PNAE passou a articular objetivos educacionais, nutricionais, econômicos e sociais, contribuindo simultaneamente para a promoção da alimentação adequada dos estudantes e para o desenvolvimento local (BRASIL, 2009; FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2023). Ao longo desse processo, consolidou-se como uma política pública estruturante, apoiada em um arcabouço jurídico consistente, em mecanismos de participação social e em um modelo de gestão descentralizado. Essa trajetória contribuiu para que o programa ultrapassasse os limites do contexto nacional e passasse a ser reconhecido internacionalmente como uma referência em alimentação escolar, integrando iniciativas de cooperação técnica e CSS voltadas ao fortalecimento de políticas públicas em diferentes países (PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS, 2024).

2.2 Impactos sociais, nutricionais e econômicos do PNAE

No campo social, o PNAE destaca-se por sua ampla cobertura nacional. Segundo dados do FNDE, o programa atende anualmente cerca de 40 milhões de estudantes matriculados na educação básica pública em todos os estados e municípios brasileiros (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2023). Esse alcance faz do PNAE uma das principais políticas públicas brasileiras de alimentação escolar. Em um país marcado por profundas desigualdades sociais e regionais, a alimentação escolar constitui um importante instrumento de proteção social, contribuindo para reduzir situações de insegurança alimentar e favorecer a permanência dos estudantes na escola (leão, 2013). A literatura internacional também demonstra que programas de alimentação escolar produzem impactos que vão além da garantia do acesso aos alimentos. Segundo o PMA, essas políticas contribuem para ampliar a frequência escolar, reduzir o absenteísmo e favorecer a permanência dos estudantes, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social (PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS, 2022). Da mesma forma, a FAO destaca a contribuição da alimentação escolar para a aprendizagem, o

desenvolvimento cognitivo e o bem-estar infantil (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA, 2024).

A dimensão nutricional constitui outro elemento central do programa. A Lei nº 11.947/2009 determina que a alimentação escolar esteja articulada às ações de educação alimentar e nutricional e seja planejada de acordo com as necessidades dos estudantes. Conforme estabelece a própria legislação:

A educação alimentar e nutricional será incluída no processo de ensino e aprendizagem (BRASIL, 2009, art. 2º, § 2º).

Essa diretriz amplia o papel do PNAE ao associar a oferta de refeições à promoção de hábitos alimentares saudáveis e à formação alimentar dos estudantes.

No campo econômico, o programa também passou a desempenhar papel relevante ao fortalecer a agricultura familiar. A Lei nº 11.947/2009 estabelece que:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações” (BRASIL, 2009, art. 14).

Essa medida aproximou a alimentação escolar das políticas de desenvolvimento rural, ampliando as oportunidades de comercialização para agricultores familiares e fortalecendo os sistemas alimentares locais. Assim, o PNAE articula, em uma mesma política pública, objetivos relacionados à alimentação, à educação, à nutrição e ao desenvolvimento local. Essa característica contribuiu para ampliar o reconhecimento da experiência brasileira e para sua inserção em iniciativas de cooperação técnica e CSS. Conforme destacam Abdenur e Fonseca (2013), a experiência brasileira passou a ser compartilhada com diferentes países por meio da cooperação técnica, fortalecendo a inserção internacional do Brasil e ampliando o intercâmbio de conhecimentos sobre políticas públicas. É nesse processo de internacionalização da experiência brasileira que o PNAE passa a integrar iniciativas de CSS, aspecto desenvolvido na seção seguinte.

2.3 Cooperação Sul-Sul, internacionalização e experiências africanas do PNAE

A internacionalização do PNAE intensificou-se a partir dos anos 2000, quando a cooperação técnica passou a ocupar posição de destaque na política externa brasileira. Nesse contexto, a ABC, em parceria com o FNDE, a FAO e o PMA, passou a promover o compartilhamento da experiência brasileira em alimentação escolar com diferentes países em desenvolvimento, especialmente no continente africano (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2025; Abdenur; Fonseca, 2013). Essas iniciativas envolvem intercâmbio de

conhecimentos, visitas técnicas, capacitação de gestores e fortalecimento de capacidades institucionais, buscando apoiar os países parceiros na construção ou no aprimoramento de políticas públicas de acordo com suas próprias necessidades e prioridades (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2025). Um dos principais marcos desse processo foi a criação do Centro de Excelência contra a Fome, em Brasília, em 2011, resultado da parceria entre o Governo brasileiro e o PMA. O Centro passou a atuar no apoio a governos interessados em fortalecer políticas de alimentação escolar e segurança alimentar por meio de missões técnicas, intercâmbio de experiências, capacitação de gestores e produção de conhecimento (PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS, 2024). Sua atuação contribuiu para ampliar a circulação internacional de conhecimentos sobre alimentação escolar e aproximar instituições brasileiras de diferentes países interessados em desenvolver ou fortalecer seus próprios programas.

A experiência brasileira passou, assim, a circular por diferentes países africanos. Entre os países que participaram de iniciativas de intercâmbio e cooperação relacionadas à alimentação escolar estão o Benim, Moçambique, África do Sul, São Tomé e Príncipe, Quênia, Ruanda, Uganda, Tanzânia e Lesoto, entre outros. Essas iniciativas assumem formatos distintos, envolvendo missões técnicas, visitas de estudo, capacitações, workshops e intercâmbios sobre aspectos específicos da alimentação escolar, como compras locais, agricultura familiar, gestão, monitoramento, nutrição e segurança alimentar (PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS, 2024; AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2025). O caso do Benim merece destaque por apresentar uma aproximação particularmente próxima com a experiência brasileira. Em maio de 2025, uma delegação do governo beninense realizou uma missão técnica ao Brasil para conhecer políticas públicas relacionadas à alimentação escolar, à agricultura familiar e à segurança alimentar. Durante a visita, representantes beninenses conheceram instituições brasileiras, escolas e produtores rurais, enquanto técnicos dos dois países realizaram intercâmbio de experiências. O PNAE foi apresentado como uma referência para a articulação entre alimentação escolar, educação alimentar e nutricional e agricultura familiar (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2025). A cooperação entre Brasil e Benim também avançou por meio de atividades técnicas voltadas especificamente à alimentação escolar. Em junho de 2025, representantes do FNDE, do PMA no Benim e do Centro de Excelência contra a Fome participaram de um workshop sobre segurança alimentar e nutricional no contexto dos programas de alimentação escolar. Foram discutidos temas como controle de qualidade dos alimentos, elaboração de cardápios, educação nutricional, gestão das cantinas e mecanismos de financiamento, tendo práticas desenvolvidas no PNAE como referência para o intercâmbio de conhecimentos (PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS, 2025). No mesmo processo de cooperação, iniciativas desenvolvidas no Benim passaram a buscar maior articulação entre a agricultura familiar e a alimentação escolar, aproximando a experiência brasileira das necessidades específicas do país.

Outros países africanos também vêm buscando conhecer diretamente a experiência brasileira. Em março de 2025, uma delegação da África do Sul realizou intercâmbio técnico com

o FNDE para conhecer o funcionamento do PNAE, com destaque para a aquisição de alimentos da agricultura familiar, a segurança dos alimentos e o funcionamento intersetorial do programa (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2025). Em junho de 2026, delegações governamentais de Lesoto, Quênia, Ruanda, Tanzânia e Uganda participaram de uma missão de estudos no Brasil dedicada ao intercâmbio sobre o PNAE e à discussão de experiências relacionadas à alimentação escolar e à segurança alimentar (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2026). Essas iniciativas demonstram que a cooperação brasileira não se limita ao compartilhamento de informações, mas envolve a aproximação direta entre gestores e instituições responsáveis pela formulação e implementação de políticas públicas. A experiência de São Tomé e Príncipe também integra esse processo de intercâmbio. O país participou de atividades promovidas pelo Centro de Excelência contra a Fome voltadas ao conhecimento do sistema brasileiro de alimentação escolar e à formação de profissionais envolvidos na implementação de políticas nessa área (PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS, 2024). Da mesma forma, experiências desenvolvidas em países como Moçambique demonstram a utilização da cooperação internacional para discutir a articulação entre alimentação escolar, agricultura familiar e desenvolvimento local (PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS, 2024). Essas experiências mostram que a internacionalização do PNAE ocorre por meio de processos de aprendizagem e intercâmbio, nos quais os países parceiros conhecem elementos da experiência brasileira e avaliam sua pertinência para seus próprios contextos. Nesse sentido, a circulação internacional de políticas públicas não implica a reprodução integral do modelo brasileiro. Conforme discutem Dolowitz e Marsh (2000), experiências desenvolvidas em determinado contexto podem contribuir para a formulação de políticas em outros países, mas sua utilização depende das condições políticas, econômicas, sociais e institucionais de cada realidade. Oliveira e Faria (2017) também destacam que esses processos envolvem interpretação, adaptação e recontextualização por diferentes atores.

Dessa forma, a experiência brasileira do PNAE constitui uma referência que pode ser apropriada de diferentes maneiras pelos países parceiros. O intercâmbio pode envolver conhecimentos sobre gestão, financiamento, compras públicas, agricultura familiar, educação alimentar, monitoramento e controle social, sem que isso implique a reprodução integral da estrutura institucional brasileira. A Cooperação Sul-Sul, nesse sentido, cria condições para que esses conhecimentos sejam compartilhados e posteriormente adaptados às necessidades de cada país. A trajetória dessas experiências é particularmente relevante para o caso do Gabão. O país ainda não possui uma política pública nacional de alimentação escolar institucionalizada, mas vem demonstrando interesse crescente em conhecer experiências desenvolvidas em outros países. A existência de canais de cooperação já estabelecidos entre o Brasil e diferentes países africanos, bem como a experiência de países como o Benim na aproximação direta com o PNAE, indica a existência de possibilidades concretas para que o Gabão também participe de iniciativas de intercâmbio e cooperação técnica na área da alimentação escolar. Essa possibilidade será discutida no capítulo seguinte a partir da análise do contexto gabonês

3. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E SEGURANÇA ALIMENTAR NO GABÃO

Após analisar a trajetória, a institucionalização, os impactos e a internacionalização do PNAE, este capítulo volta-se ao contexto do Gabão. O objetivo é analisar a situação da SAN e da alimentação escolar no país, identificando os principais desafios existentes e as possibilidades de cooperação com o Brasil. O Gabão enfrenta desafios relacionados à segurança alimentar, à produção agrícola e ao acesso regular a alimentos, além de não possuir uma política pública nacional de alimentação escolar institucionalizada (GABÃO, 2017; UNICEF GABON, 2023; PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS, 2024). Ao mesmo tempo, observa-se nos últimos anos um interesse crescente em relação à segurança alimentar e à alimentação escolar, expresso na produção de diagnósticos, na elaboração de estratégias nacionais e na aproximação com iniciativas de cooperação internacional. Nesse contexto, a experiência brasileira do PNAE apresenta-se como uma referência que pode contribuir para o fortalecimento da cooperação entre Brasil e Gabão. Para isso, este capítulo está organizado em duas seções. A primeira apresenta um panorama da SAN, da nutrição e da alimentação escolar no Gabão. A segunda analisa as potencialidades da experiência brasileira para a formulação de uma política pública de alimentação escolar no país.

3.1 Segurança alimentar, nutrição e alimentação escolar no Gabão

A SAN constitui um dos principais desafios para o desenvolvimento do Gabão. Embora o país possua um dos maiores PIB per capita da África Subsaariana, impulsionado principalmente pela exploração de petróleo, manganês e madeira, esse desempenho econômico não se traduz automaticamente em condições adequadas de acesso à alimentação para toda a população (GABÃO, 2017). A própria *Politique Nationale de Sécurité Alimentaire et Nutritionnelle (PNSAN 2017–2025)*, em português, Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, reconhece a persistência de desafios relacionados à produção agrícola, ao abastecimento alimentar, ao acesso aos alimentos e à elevada dependência das importações (GABÃO, 2017). Nas últimas décadas, a economia gabonesa concentrou-se na exploração de recursos naturais, enquanto a agricultura recebeu investimentos relativamente limitados. Como consequência, a produção nacional tornou-se insuficiente para atender à demanda interna, fazendo com que grande parte dos alimentos consumidos no país seja importada. Segundo a International Trade Administration (2024), entre 60% e 80% dos alimentos consumidos no Gabão são provenientes do mercado externo, tornando o país vulnerável às oscilações dos preços internacionais e às interrupções das cadeias globais de abastecimento. Diante desse cenário, a PNSAN (2017–2025) estabelece como prioridades o fortalecimento da produção agrícola nacional, a melhoria da disponibilidade de alimentos, a promoção de sistemas alimentares mais sustentáveis e o fortalecimento da coordenação entre os setores responsáveis pelas políticas de agricultura, saúde, educação e desenvolvimento social (GABÃO, 2017). Dessa forma, a SAN envolve não apenas a disponibilidade de alimentos, mas também questões relacionadas ao

desenvolvimento rural, à redução da dependência externa e ao fortalecimento das capacidades institucionais do Estado.

Além dos desafios relacionados ao abastecimento alimentar, o Gabão enfrenta mudanças importantes no perfil nutricional de sua população. A *Enquête nationale sur l'alimentation, la santé, la nutrition et les styles de vie des adolescents en milieu scolaire*, em português, Pesquisa nacional sobre dieta, saúde, nutrição e estilos de vida de adolescentes em idade escolar, coordenada pelo UNICEF em escolas distribuídas pelas nove províncias do país, identificou a coexistência de diferentes formas de má nutrição entre adolescentes, caracterizadas pela presença simultânea de desnutrição, sobrepeso e obesidade (UNICEF GABON, 2023). Esse cenário caracteriza a chamada dupla carga da má nutrição e evidencia a existência de diferentes problemas nutricionais entre a população escolar. O levantamento também identificou mudanças nos hábitos alimentares dos estudantes, marcadas pelo consumo de alimentos industrializados e ultraprocessados (UNICEF GABON, 2023). Segundo a FAO, mudanças nos padrões alimentares podem contribuir para o aumento das doenças crônicas não transmissíveis e reforçam a importância de políticas públicas voltadas à promoção de ambientes alimentares mais saudáveis, especialmente no espaço escolar (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA, 2021). Nesse contexto, a alimentação escolar pode assumir um papel importante não apenas na oferta de alimentos, mas também na promoção de hábitos alimentares adequados, na permanência dos estudantes na escola e na melhoria das condições de segurança alimentar e nutricional (PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS, 2022).

Diante desse cenário, um dos principais desafios identificados é que o Gabão ainda não dispõe de uma política pública nacional de alimentação escolar institucionalizada em escala nacional. As iniciativas existentes permanecem concentradas em projetos específicos e em ações desenvolvidas em parceria com organismos internacionais, indicando que a alimentação escolar ainda está em processo de consolidação como política pública. Nesse contexto, organismos como a FAO, o PMA e o UNICEF têm apoiado o governo gabonês na produção de estudos, diagnósticos e ações relacionadas ao fortalecimento da SAN (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA, 2021; UNICEF GABON, 2023; PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS, 2024). Um passo importante nesse processo foi a realização da pesquisa nacional coordenada pelo UNICEF sobre alimentação, saúde, nutrição e estilos de vida dos adolescentes em ambiente escolar. Realizada em escolas das nove províncias do país, a pesquisa reuniu informações sobre o estado nutricional dos estudantes, seus hábitos alimentares e as características do ambiente alimentar escolar (UNICEF GABON, 2023). A produção desses dados é relevante porque permite conhecer de forma mais sistemática a situação da população escolar e oferece informações que podem subsidiar a elaboração de futuras políticas públicas. Nesse sentido, a realização da pesquisa representa não apenas um diagnóstico da situação existente, mas também um elemento importante para a construção da agenda de alimentação escolar no país.

Esse movimento também pode ser observado na elaboração da PNSAN (2017–2025), que estabeleceu diretrizes relacionadas à produção agrícola, ao abastecimento e à melhoria da segurança alimentar e nutricional (GABÃO, 2017). Embora a PNSAN não constitua, por si só, uma política nacional de alimentação escolar, sua existência demonstra que a segurança alimentar já integra a agenda de políticas públicas do país e cria um espaço institucional no qual questões relacionadas à alimentação escolar podem ser incorporadas e desenvolvidas. O interesse nessa agenda também aparece nas iniciativas recentes de cooperação internacional. Em 2025, a Primeira-Dama Zita Oligui Nguema, acompanhada por representantes dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Agricultura, realizou uma missão ao Benim para conhecer experiências relacionadas à alimentação escolar e ao fortalecimento da produção agrícola local (UNFPA-BÉNIN, 2025). A iniciativa é particularmente relevante no contexto desta pesquisa porque o Benim vem desenvolvendo intercâmbios com o Brasil na área da alimentação escolar, incluindo atividades de cooperação relacionadas ao conhecimento e à adaptação de experiências do PNAE. Assim, a aproximação do Gabão com uma experiência africana que, por sua vez, mantém intercâmbio com o Brasil cria uma possibilidade adicional de circulação de conhecimentos sobre alimentação escolar no continente. Além disso, o interesse do Gabão pela alimentação escolar pode ser observado na aproximação com organismos internacionais e em sua participação em iniciativas voltadas à SAN e às políticas de alimentação. Essas iniciativas indicam que o tema vem ganhando espaço no debate sobre desenvolvimento e segurança alimentar no país (PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS, 2024).

Observa-se, portanto, uma combinação de fatores relevantes para a análise realizada nesta pesquisa. De um lado, permanecem desafios relacionados à dependência das importações, à produção agrícola e à situação nutricional da população escolar. De outro, o país passou a produzir informações sobre a alimentação e a nutrição dos estudantes, estabeleceu estratégias nacionais relacionadas à SAN e demonstrou interesse em conhecer experiências de alimentação escolar desenvolvidas em outros países. A existência desses elementos não significa que uma política nacional de alimentação escolar esteja próxima de ser implementada, mas indica um contexto no qual o tema vem ganhando espaço na agenda pública. É nesse ponto que a experiência brasileira do PNAE pode ser analisada como uma possível referência para processos de aprendizagem e cooperação, questão desenvolvida na seção seguinte.

3.2 Potencialidades da experiência brasileira para o fortalecimento da alimentação escolar no Gabão

A análise desenvolvida ao longo desta pesquisa evidencia que o Brasil reúne capacidades institucionais e técnicas que podem contribuir para o fortalecimento da agenda de alimentação escolar no Gabão. Ao longo de mais de sete décadas, o PNAE consolidou-se como uma política pública estruturada, apoiada em um marco legal próprio, mecanismos de gestão e participação social e na articulação entre alimentação escolar, SAN, educação, agricultura familiar e

desenvolvimento local. Esse processo de institucionalização também contribuiu para o reconhecimento internacional da experiência brasileira e para sua inserção em iniciativas de CSS voltadas ao compartilhamento de conhecimentos e ao fortalecimento de capacidades institucionais em outros países (BRASIL, 2009; PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS, 2024). No caso do Gabão, os desafios identificados ao longo deste capítulo, como a elevada dependência das importações de alimentos, a necessidade de fortalecer a produção agrícola nacional, os problemas nutricionais entre crianças e adolescentes e a ausência de uma política pública nacional de alimentação escolar, indicam a existência de demandas que podem ser enfrentadas por meio de políticas públicas específicas (GABÃO, 2017; UNICEF GABON, 2023). Nesse contexto, a CSS pode favorecer o intercâmbio de conhecimentos e experiências e contribuir para o fortalecimento das capacidades institucionais necessárias à formulação de uma política pública de alimentação escolar compatível com as necessidades e prioridades do Estado gabonês. Essa possibilidade torna-se ainda mais relevante quando se observam as relações entre Brasil e Gabão. Os dois países mantêm relações diplomáticas e instrumentos de cooperação em diferentes áreas, incluindo iniciativas voltadas ao intercâmbio de conhecimentos, à formação de recursos humanos e ao fortalecimento institucional. O Protocolo de Cooperação firmado entre os dois governos demonstra a existência de uma base institucional para o desenvolvimento de novas iniciativas de cooperação técnica, criando possibilidades para a ampliação da parceria em áreas como alimentação escolar e SAN (BRASIL; GABÃO, 2002).

Além das relações bilaterais, a experiência brasileira na área da alimentação escolar já vem sendo compartilhada com diversos países africanos por meio da atuação da ABC, do FNDE, do PMA e do Centro de Excelência contra a Fome. Essas instituições promovem missões técnicas, programas de capacitação e intercâmbios voltados ao fortalecimento de políticas públicas de alimentação escolar (PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS, 2024; AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2025). Mais recentemente, representantes do Quênia, de Ruanda, de Uganda, do Lesoto e da Tanzânia realizaram missão oficial ao Brasil para conhecer o funcionamento do PNAE e discutir possibilidades de adaptação de experiências brasileiras aos seus respectivos contextos nacionais (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2026). Essas iniciativas demonstram que a experiência brasileira já integra uma rede de CSS voltada ao fortalecimento de políticas públicas de alimentação escolar no continente africano. Nesse sentido, o Gabão não parte de uma situação completamente isolada. O país pode se inserir em uma rede de cooperação que já envolve diferentes países africanos e instituições brasileiras e internacionais. A experiência do Benim é particularmente relevante nesse processo, uma vez que o país vem desenvolvendo intercâmbios com o Brasil na área da alimentação escolar e conhecendo diretamente elementos do PNAE. A aproximação do Gabão com o Benim, observada na missão realizada em 2025 para conhecer experiências de alimentação escolar articuladas ao fortalecimento da produção agrícola local, amplia as possibilidades de circulação de conhecimentos sobre diferentes experiências de políticas públicas no continente (UNFPA-BÉNIN, 2025). Nesse sentido, o Gabão pode tanto buscar diretamente a cooperação brasileira

quanto se beneficiar de experiências já desenvolvidas por outros países africanos em contato com o Brasil.

Essa possibilidade também pode ser compreendida a partir do Modelo dos Múltiplos Fluxos de Kingdon. Conforme discutido por Kuss (2017), a incorporação de determinado tema à agenda governamental depende da convergência entre problemas reconhecidos, alternativas disponíveis e condições políticas favoráveis. No caso analisado nesta pesquisa, o primeiro elemento está relacionado aos desafios de SAN, à situação nutricional da população escolar e à ausência de uma política nacional de alimentação escolar. O segundo está representado pela existência de experiências e conhecimentos acumulados pelo Brasil por meio do PNAE e já compartilhados em iniciativas de CSS. O terceiro pode ser observado no crescente interesse do Gabão pela agenda de alimentação escolar, expresso na produção de diagnósticos sobre a população escolar, na existência da PNSAN e na aproximação com outros países e organismos internacionais. A convergência desses elementos não significa que a formulação de uma política nacional de alimentação escolar no Gabão esteja garantida. No entanto, permite identificar um contexto favorável para que o tema avance na agenda pública e para que novas iniciativas de cooperação sejam desenvolvidas. Sob essa perspectiva, a situação analisada apresenta características compatíveis com uma janela de oportunidade, na medida em que um problema reconhecido encontra alternativas disponíveis e um ambiente político no qual a questão vem ganhando espaço (KINGDON, 1995).

Dessa forma, a principal contribuição da experiência brasileira está na possibilidade de compartilhar conhecimentos técnicos, mecanismos de governança, experiências administrativas e estratégias de implementação construídas ao longo de sua trajetória. Elementos como a articulação entre alimentação escolar e agricultura familiar, a participação social, a gestão descentralizada, a educação alimentar e nutricional e os mecanismos de aquisição de alimentos podem constituir referências para o debate gabonês, desde que sejam analisados e adaptados às condições institucionais, políticas, econômicas e sociais do país. Inserida no âmbito da CSS, essa cooperação pode contribuir para o fortalecimento das capacidades institucionais do Estado gabonês e apoiar a construção de uma política pública de alimentação escolar adequada às suas prioridades e especificidades nacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, esta pesquisa buscou analisar de que forma a cooperação entre Brasil e Gabão, tomando como referência a experiência do PNAE, pode contribuir para a formulação de uma política pública de alimentação escolar no contexto gabonês. Para isso, foram articuladas as discussões sobre SAN, CSS, circulação internacional de políticas públicas e formulação de políticas públicas, buscando compreender como uma experiência nacional consolidada pode contribuir para processos de aprendizagem e fortalecimento institucional em outro contexto.

A análise realizada evidenciou que a trajetória do PNAE ultrapassa a dimensão de uma política pública exclusivamente nacional. Ao longo de seu processo de institucionalização, o programa consolidou mecanismos legais, administrativos e de governança que articulam alimentação escolar, educação, SAN, agricultura familiar e desenvolvimento local. Essa experiência, associada à atuação brasileira em iniciativas de CSS, contribuiu para que o PNAE se tornasse uma importante referência internacional para países interessados em fortalecer políticas públicas de alimentação escolar. No caso do Gabão, a pesquisa identificou desafios relacionados à SAN, à elevada dependência das importações de alimentos, à necessidade de fortalecimento da produção agrícola nacional, aos problemas nutricionais entre crianças e adolescentes e à ausência de uma política pública nacional de alimentação escolar institucionalizada. Ao mesmo tempo, verificou-se um interesse crescente em relação a essa agenda, evidenciado pela produção de diagnósticos sobre a alimentação e a nutrição da população escolar, pela existência da PNSAN, pela aproximação com organismos internacionais e pela participação em iniciativas de intercâmbio e cooperação com outros países africanos. A aproximação entre esses resultados permite identificar condições favoráveis para o aprofundamento da cooperação entre Brasil e Gabão nessa área. Além da experiência acumulada pelo PNAE, o Brasil já compartilha conhecimentos e práticas de alimentação escolar com diferentes países africanos por meio da ABC, do FNDE, do Centro de Excelência contra a Fome e de organismos internacionais. Esse processo demonstra que a experiência brasileira pode ser utilizada como referência para o fortalecimento institucional sem pressupor a reprodução integral de um único modelo de política pública.

À luz do Modelo dos Múltiplos Fluxos de Kingdon, adotado como referencial analítico desta pesquisa, observa-se a convergência entre três elementos: a existência de problemas relacionados à segurança alimentar e à alimentação escolar no Gabão, a disponibilidade de alternativas e conhecimentos representados pela experiência brasileira do PNAE e por outras iniciativas desenvolvidas no âmbito da CSS e um contexto político no qual a alimentação escolar vem ganhando espaço na agenda pública. Essa convergência permite identificar uma possível janela de oportunidade para o aprofundamento da cooperação entre Brasil e Gabão nessa área. Dessa forma, os resultados obtidos sustentam o argumento central desta pesquisa: a principal contribuição da experiência brasileira não está na reprodução do desenho institucional do PNAE, mas na possibilidade de compartilhar conhecimentos, práticas de gestão, mecanismos de governança e experiências acumuladas ao longo de sua trajetória, que podem ser analisados e

adaptados às prioridades e capacidades institucionais do Estado gabonês. Inserida na lógica da CSS, essa cooperação pode contribuir para o fortalecimento das capacidades institucionais e apoiar a formulação de uma política pública de alimentação escolar compatível com a realidade do país.

A pesquisa também reforça a importância de compreender as políticas públicas como instrumentos da cooperação internacional.

Ao analisar conjuntamente a experiência brasileira e o contexto gabonês, o estudo evidencia que a circulação internacional de políticas públicas pode favorecer processos de aprendizagem institucional e ampliar as possibilidades de cooperação entre países do Sul Global diante de desafios comuns, como a promoção da SAN e a garantia do DHAA. Entretanto, algumas limitações devem ser reconhecidas. A reduzida produção acadêmica sobre alimentação escolar no Gabão e a limitada disponibilidade de documentos oficiais dificultaram uma análise mais aprofundada das iniciativas existentes no país. Além disso, a pesquisa concentrou-se em fontes bibliográficas e documentais e não contemplou entrevistas com representantes governamentais, organismos internacionais ou instituições diretamente envolvidas na cooperação entre Brasil e Gabão. Essas limitações apontam possibilidades para pesquisas futuras. Estudos posteriores poderão investigar a viabilidade de uma cooperação bilateral específica entre Brasil e Gabão na área da alimentação escolar, analisar a percepção de gestores públicos e de organismos internacionais envolvidos nesse processo e acompanhar eventuais iniciativas de cooperação técnica que venham a ser implementadas entre os dois países. Por fim, espera-se que esta pesquisa contribua para os estudos sobre CSS, políticas públicas e SAN no campo das Relações Internacionais, ao demonstrar o potencial da experiência brasileira como instrumento de cooperação técnica e destacar as possibilidades de aprofundamento das relações entre Brasil e Gabão em uma área estratégica para o desenvolvimento e para a garantia do DHAA.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal; FONSECA, João Moura Estevão Marques da. The North's Growing Role in South-South Cooperation: keeping the foothold. *Third World Quarterly*, v. 34, n. 8, p. 1475-1491, 2013.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). Brasil e África do Sul trocam experiências sobre as políticas brasileiras integradas de alimentação escolar com compras da agricultura familiar. Brasília, 21 mar. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/assuntos/noticias/brasil-e-africa-do-sul-trocam-experiencias-sobre-as-politicas-brasileiras-integradas-de-alimentacao-escolar-com-compras-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 12 ago. 2026.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). *Cooperação Sul-Sul*. Brasília: ABC, 2025. Disponível em: <https://www.abc.gov.br/projetos/cooperacaosulsul>. Acesso em: 3 ago. 2026.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). *Cooperação Sul-Sul e segurança alimentar*. Brasília: ABC, 2025.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). *Diretrizes da Cooperação Técnica Internacional Brasileira*. Brasília: ABC, 2025.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). *Missão do Benim visita Brasil para conhecer as políticas públicas nacionais de alimentação escolar e agricultura familiar*. Brasília, 27 maio 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/assuntos/noticias/missao-do-benim-visita-brasil-para-conhecer-as-politicas-publicas-nacionais-de-alimentacao-escolar-e-agricultura-familiar>. Acesso em: 12 ago. 2026.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL; GABÃO. *Protocolo de Cooperação para a Promoção de Pequenas e Médias Empresas e Pequenas e Médias Indústrias entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Gabonesa*. Brasília, DF, 17 set. 2002.

BRASIL. Lei n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006. *Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)*. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 18 set. 2006.

BRASIL. Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 17 jun. 2009.

CASTRO, Josué de. Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME. Brasil receberá representantes de cinco países africanos para conhecer o PNAE. Brasília, 3 jun. 2026. Disponível em: <https://centrodeexcelencia.org.br/brasil-recebera-representantes-de-cinco-paises-africanos-para-conhecer-o-pnae/>Acesso em: 31 jul. 2026.

CENTRO DE EXCELÊNCIA CONTRA A FOME. *Benim e Brasil se juntam para workshop sobre segurança alimentar e nutricional*. Brasília, 6 jun. 2025. Disponível em: <https://centrodeexcelencia.org.br/benim-e-brasil-se-juntam-para-workshop-sobre-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 12 ago. 2026.

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Documento de 2004 utilizado na seção 1.2.

DOLOWITZ, David; MARSH, David. Learning from abroad: the role of policy transfer in contemporary policy-making. *Governance*, v. 13, n. 1, p. 5-24, 2000.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). Country Programming Framework: Gabon. Rome: FAO, 2021.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). *Food security: concepts and measurement*. Rome: FAO, 2006.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). School feeding and local food systems in Africa. Rome: FAO, 2023/2024.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). *Brasil e África do Sul aprofundam cooperação em alimentação escolar*. Brasília, 18 mar. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/noticias/brasil-e-africa-do-sul-aprofundam-cooperacao-em-alimentacao-escolar>. Acesso em: 12 ago. 2026.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): funcionamento e diretrizes. Brasília: FNDE, 2020.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Dados e informações do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Brasília: FNDE, 2023.

GABÃO. Politique Nationale de Sécurité Alimentaire et Nutritionnelle (PNSAN) 2017–2025. Libreville: Gouvernement Gabonais, 2017.

GABÃO. Enquête nationale sur l'alimentation, la santé, la nutrition et les styles de vie des adolescents en milieu scolaire au Gabon. Libreville, 2022/2023.

INTERNATIONAL TRADE ADMINISTRATION. Gabon Country Commercial Guide: Agribusiness and Food Products. Washington, D.C., 2024.

KINGDON, John W. Agendas, alternatives and public policies. 2. ed. New York: HarperCollins College Publishers, 1995.

KUSS, Laís Caroline. A inclusão do ProSAVANA na agenda da cooperação triangular Brasil-Japão-Moçambique: uma análise a partir do Modelo dos Múltiplos Fluxos. 2017. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/>. Acesso em: 30 jul. 2026.

LEÃO, Marília (org.). O direito humano à alimentação adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: ABRANDH, 2013.

LIBERMANN, Ana Paula; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor. Tendências de pesquisa em alimentação escolar e agricultura familiar. Ciência Rural, Santa Maria, v. 45, n. 11, 2015.

OLIVEIRA, Osmany Porto de; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Policy transfer, diffusion and circulation of public policies: debates and perspectives. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 13-32, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Cinco países africanos visitam o Brasil para conhecer o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Brasília, 8 jun. 2026. Disponível em: ONU Brasil. Acesso em: 31 jul. 2026.

OXFORD BUSINESS GROUP. The Report: Gabon 2014. Oxford: Oxford Business Group, 2014.

SILVA, José Graziano da; BELIK, Walter; TAKAGI, Maya. *Políticas de combate à fome no Brasil*. São Paulo: Instituto Cidadania, 2006.

UNFPA-GABÃO. Initiatives pour le bien-être et le développement des adolescents en milieu scolaire. Libreville, 2025.

UNFPA-BÉNIN. Coopération régionale et alimentation scolaire intégrée. Cotonou, 2025.

UNICEF GABON. Résultats de l'Enquête nationale sur l'alimentation, la santé, la nutrition et les styles de vie des adolescents en milieu scolaire au Gabon. Libreville: UNICEF, 2023.

WORLD FOOD PROGRAMME (WFP). WFP Centre of Excellence against Hunger Brazil: Annual Report 2019. Brasília: WFP, 2020.

WORLD FOOD PROGRAMME (WFP). State of School Feeding Worldwide 2022. Rome: WFP, 2022.

WORLD FOOD PROGRAMME (WFP). Annual Report 2024. Rome: WFP, 2024.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.